



## **NEGROS E NEGRAS NO ESPAÇO URBANO ACREANO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DA RUA ÁFRICA E DOS BAIROS JOÃO EDUARDO, IRINEU SERRA E LAÉLIA ALCÂNTARA NA CIDADE DE RIO BRANCO**

Lic. Ângela Maria Bastos de Albuquerque<sup>1</sup>; Dr<sup>a</sup>. Maria de Jesus Morais<sup>2</sup>  
ORCID: <https://orcid.org/0000--0002-2472-7664>; <https://orcid.org/0000-0002-8053-3549>

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Acre, Brasil.

<sup>2</sup> Doutora em Geografia pela UFF, Pós-Doutorado em Geografia Humana pela USP, Professora do curso de Geografia e, dos Programas de Pós-Graduação: Mestrado em Geografia e Mestrado e Doutorado em Letras: Linguagem e Identidade/Universidade Federal do Acre – UFAC, Rio Branco, Acre, Brasil.

[\\*angela.mbb@gmail.com](mailto:*angela.mbb@gmail.com)

Recebido em: 31/08/2021. Aceito em: 22/09/2021. Publicado em: 22/12/2021

DOI: <https://doi.org/10.29327/268458.3.2-5>

### **RESUMO**

O artigo analisa a participação das pessoas negras homenageadas no processo de formação socioespacial da rua África e dos bairros: João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. O objetivo central foi compreender como se deram as contribuições das pessoas negras identificadas no processo de formação desses espaços. A pesquisa foi realizada com levantamento bibliográfico, de documentos legislativos e históricos, sobre a formação da cidade de Rio Branco, as trajetórias das pessoas negras homenageadas e suas contribuições na formação dos bairros. As bibliografias foram ancoradas nas pesquisas de Ana Fani A. Carlos (1992), no livro: Cidade. A autora contribuiu com a compreensão da formação do espaço urbano em sua pluralidade e singularidades. Nesse contexto utilizamos também as constatações de Morais (2016), ao explicar os movimentos de ocupação do Acre e da cidade de Rio Branco, a partir da década de 1970. Os resultados parciais indicam que nas formações da rua África e dos bairros João Eduardo e Irineu Serra, as ações desses agentes negros incidiram diretamente no processo de espacialização e constituição enquanto o nome do bairro Laélia Alcântara, foi escolhido somente para homenagear a primeira mulher negra senadora do Brasil pelo estado do Acre que, por sua vez, na condição de senadora legislou sobre questões sociais na cidade de Rio Branco.

**Palavras-chave:** Bairros; pessoas negras; Rio Branco; formação socioespacial.

### **ABSTRACT**

The article analyzes the participation of the black people honored in the socio-spatial formation process of Rua África and the neighborhoods: João Eduardo, Irineu Serra and Laélia Alcântara in the city of Rio Branco, in the state of Acre. The main objective was to understand how the contributions of black people identified in the process of formation of these spaces took place. The research was carried out with a bibliographical survey, of legislative and historical documents, about the formation of the city of Rio Branco, the trajectories of the black people honored and their contributions in the formation of the

neighborhoods. The bibliographies were anchored in the researches of Ana Fani A. Carlos (1992), in the book: *Cidade*, by contributing to the understanding of the formation of urban space in its plurality and singularities. In this context, we also used the findings of Morais (2016), when explaining the occupation movements of Acre and the city of Rio Branco, from the 1970s onwards. Irineu Serra, the actions of these black agents directly impacted the process of spatialization and constitution, while the name of the neighborhood Laélia Alcântara was chosen only to honor the first black woman senator in Brazil from the state of Acre who, in turn, as a senator legislated on social issues in the city of Rio Branco.

**Keywords:** Neighborhoods; black people; White River; socio-spatial training.

## RESUMEN

El artículo analiza la participación de los negros homenajeados en el proceso de formación socioespacial de Rua África y los barrios: João Eduardo, Irineu Serra y Laélia Alcântara en la ciudad de Rio Branco, en el estado de Acre. El objetivo principal fue comprender cómo se dieron los aportes de los negros identificados en el proceso de formación de estos espacios. La investigación se realizó con un relevamiento bibliográfico, de documentos legislativos e históricos, sobre la formación de la ciudad de Rio Branco, las trayectorias de los negros honrados y sus aportes en la formación de los barrios. Las bibliografías se anclaron en las investigaciones de Ana Fani A. Carlos (1992), en el libro: *Cidade*, al contribuir a la comprensión de la formación del espacio urbano en su pluralidad y singularidades. En este contexto, también utilizamos los hallazgos de Morais (2016), al explicar los movimientos de ocupación de Acre y la ciudad de Rio Branco, a partir de la década de 1970. Irineu Serra, las acciones de estos agentes negros impactaron directamente el proceso de espacialización y constitución, mientras que el nombre del barrio Laélia Alcântara fue elegido solo para honrar a la primera senadora negra en Brasil por el estado de Acre quien, a su vez, como senadora legisló en temas sociales en la ciudad de Rio Branco.

**Palabras llave:** Barrios; personas de raza negra; Río Blanco; formación socioespacial.

## 1. INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa analisamos o processo de formação urbana da rua África e dos bairros João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara na cidade de Rio Branco. O problema central foi identificar como se deram as participações e as representatividades de negras e negros no processo de produção desses espaços. A intenção foi compreender como aconteceram as transformações urbanísticas ocorridas desde a fundação desses bairros até a contemporaneidade. A metodologia se deu a partir da abordagem qualitativa, pela pesquisa histórica sobre a constituição e desenvolvimento desses lugares em conjunto com fontes documentais sobre a formação e desenvolvimento dos respectivos bairros investigados.

A escolha do tema se justifica pela pesquisa em andamento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Acre onde analisa-se as trajetórias e metamorfoses de negras e negros na Amazônia acreana. No transcorrer dos registros da dissertação, fui motivada à escrita do presente artigo como componente de avaliação parcial da disciplina Processos de Urbanização na Amazônia. Na implementação da pesquisa foi possível identificar a marcante presença de pessoas negras na geo-historiografia da

rua África e a relevante participação dos(as) personagens homenageados(as) na identificação dos nomes dos bairros: João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara.

Para fundamentar as informações sobre a rua África<sup>1</sup> foram relevantes as contribuições de Bento (2017), Neves (1999) e a história de Irineu Serra foi consubstanciada nas pesquisas de Mendonça e Nascimento (2019), no livro “O Orador do Mestre Irineu Serra” juntamente com o livro “Eu venho de longe” de Moreira (2011), entre outras bibliografias complementares. Para compreensão de algumas das transformações ocorridas na cidade de Rio Branco utilizamos as explicações de Morais (2016), no livro, “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana.

As informações sobre o bairro João Eduardo foram extraídas de um livro de bolso intitulada: “João Eduardo o legado de uma luta popular: em memória aos 28 anos da morte do líder popular João Eduardo”, publicada pela Fundação João Eduardo na cidade de Rio Branco, além dos livros Habitantes e Habitat de Lima e Bonifácio, (2007), abordando analiticamente a formação do terceiro eixo ocupacional da cidade de Rio Branco.

Foi utilizado também, um livro digital com o tema, “Senadoras: dados biográficos 1979-2004”, com informações sobre a trajetória de Laélia Alcântara, enquanto senadora representante do estado acreano. (BRASIL, 2004). Suas atuações enquanto médica e gestora pública também foram identificadas nessa mesma fonte. Sobre a formação e desenvolvimento do bairro foram publicadas legislações municipais específicas que incidiram sobre a distribuição dos títulos definitivos no bairro que leva o seu nome.

A geo-historiografia da cidade de Rio Branco está “primordialmente vinculada à conquista territorial do Acre e aos ciclos econômicos de extrativismo do látex que ocorreram entre os séculos XIX e a segunda metade do século XX”. (BENTO, 2017, p. 116). Seu processo de ocupação não indígena e sua expansão urbanística iniciaram-se aproximadamente há 139<sup>2</sup> anos com “algumas histórias memoráveis”. (KLEIN, 2009, p. 9). O conceito de espaço urbano situa-se na dimensão fronteira entre a dialética do que seria natural e o que não o é, pois o espaço urbano revela-se como *locus* da diversidade de relações sociais e econômicas, por ser a expressão máxima do trabalho materializado, que emerge através da relação, entre o que, Ana Fani Carlos (1992) identifica como sendo o construído, que seriam as casas, ruas, avenidas

---

<sup>1</sup> A rua África localiza-se à margem direita do Rio Acre na divisa dos bairros 6 de agosto e centro da cidade de Rio Branco.

<sup>2</sup> Em referência ao ano 2021.

estradas, edificações, praças etc, e do que a mesma autora considera o não construído ou, que seria o “natural de um lado, e do movimento de outro, no que se refere ao deslocamento de homens e mercadorias”. (CARLOS, 1992, p. 50).

Para melhor compreensão o texto foi organizado com a primeira seção analisando a formação socioespacial da rua África. A segunda parte versa sobre as trajetórias de João Eduardo e sua contribuição para a formação do bairro que leva o seu nome. A terceira seção analisa a trajetória de Raimundo Irineu Serra vinculada ao processo de criação do bairro onde implementou a doutrina do Santo Daime. A última parte descreve a criação do conjunto habitacional Laélia Alcântara e as características relacionadas à sua ocupação populacional. O trabalho foi encerrado com algumas considerações finais.

## **2. SOBRE A RUA ÁFRICA NA CIDADE DE RIO BRANCO**

Encontramos em Ana Fani Carlos (2007), a rua como ponto de partida para análises do espaço urbano. Mas, por que a rua? A “rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais”. (CARLOS, 2007, p. 51). A rua África na cidade de Rio Branco enfrentou o processo de segregação socioespacial na capital acreana, por localizar-se às margens do rio Acre, em área alagadiça de baixo valor imobiliário. O tema da rua nos coloca diante do fato de que na análise do espaço urbano o lugar aparece com significados múltiplos. A cidade pode ser determinada como lugar há medida que a análise incorpore as dimensões que se referem à constituição, de um lado, do espaço urbano, e de outro aquela da sociedade urbana. Em Carlos (2007) “a cidade é uma realização humana, uma criação que vai se constituindo ao longo do processo histórico e que ganha materialização concreta, diferenciada, em função de determinações históricas específicas”. (CARLOS, 2007, p. 57).

Na primeira década do século XX, logo após a criação do Território Federal do Acre em 1904 e a “elevação a categoria de vila, o povoado Empreza, Villa Rio Branco, já possuía a configuração de um primeiro ordenamento espacial urbano, refletido na organização social com bairros diferenciados”. (LEITE, 2010, p. 19). Como era o povoado mais populoso e importante do vale do Acre, o Volta da Empreza, “foi elevado à condição de sede do governo departamental pelo Decreto Federal n.º 5.188, de 07-04-1904”. (BRASIL, IBGE, 2017). Nesse mesmo ano foi elevado à categoria de vila com a denominação de Volta da Empresa, “pelo Decreto do Prefeito n.º 3, de 22-08-1904. A condição de cidade e sede municipal com a denominação de Rio

Branco, se deu pelo Decreto do Prefeito Departamental n.º 7, de 07-09-1904”. (BRASIL, IBGE, 2017).

Ao ser criada a Vila Rio Branco já era o centro urbano mais consolidado de todo o Território Federal. O relatório do Gen. Cunha Mattos revela que já existiam quatro “bairros”: Bairro África, onde moravam os negros e trabalhadores em geral; Bairro Comercial, constituído pela primeira e mais importante rua, onde se concentravam as casas comerciais; Bairro Canudos, também ocupado por trabalhadores, na área baixa da volta do rio; Bairro Quinze, no outro estirão acima da volta do rio, assim chamado porque ali havia ficado o 15º Batalhão de Infantaria do Exército, durante a ocupação militar de 1903, o que havia atraído diversos comerciantes para se estabelecerem ali. (RIO BRANCO, 2013, p. 28).

De forma rudimentar, entre os quatro bairros mencionados na gênese da cidade de Rio Branco, encontra-se também um, “pequeno bairro de trabalhadores na extensão da única rua da cidade em direção ao igarapé da Judia, formado por precárias casas de palha, denominado bairro África, por abrigar os negros habitantes da cidade”. (LEITE, 2010, p. 19). Um pequeno núcleo embrionário da “pequena África acreana que os relatórios oficiais registraram apenas superficialmente, mas que a memória dos antigos moradores do bairro Seis de Agosto manteve viva”. (NEVES, 1999, p. 13).

O que restou desse imaginário coletivo mencionado por Neves (1999), ainda resiste com o nome de rua África que se inicia no centro da cidade de Rio Branco e adentra parcialmente no Bairro Seis de Agosto. Essa “antiga Rua África é a mesma rua 1º de Maio, traçada ao longo da margem do rio Acre e que ainda resiste à força de sua correnteza no Segundo Distrito da capital acreana”. (NEVES, 1999, p. 13). Entre as muitas mudanças, essa rua também já fora identificada como rua Portugal. A relevância da rua é expressa por seus usos e pelo “entendimento de como se organiza a sociedade em seus hábitos e costumes, pois a rua se liga à ideia da construção dos caminhos que junto com a casa criam o quadro de vida”. (CARLOS, 2007, p. 52).

Ao identificar as mudanças urbanas, Carlos (2007, p. 51) afirma que “o caminho vira rua, depois se transforma em avenida, e nesse ponto da história das formas de apropriação da cidade”. Nos locais próximos à rua África ocorreram diversas transformações urbanísticas, desde a construção da ponte Coronel Sebastião Dantas na década de 1970, até a inauguração da quarta ponte da cidade, no dia 27 de novembro de 2010 na divisa entre o ramal da Judia e o bairro Seis de Agosto. Na Lei n.º. 321, de 01 de abril de 1970, assinada pelo Governador Jorge Kalume, o nome da rua ainda era grafado como rua África. (ACRE, 1970).

A rua África ficou reduzida a um espaço ao final da passarela Joaquim Macedo e tornou-se uma espécie de lugar de encontro principalmente por ocasião das comemorações do vinte de novembro em homenagem ao dia da consciência negra criado pela implementação da Lei nº. 10.639 de 2003. (BRASIL, 2003). Em sua última metamorfose, o nome da rua África foi novamente foi modificado para rua África Advogado Ogan José de Arimatéia. O tempo passa, o espaço permanece, não inalterado em sua natureza rebenta emoldurada pela presença imanente à sua natureza.

Para comunidade de militantes negras e negros acreanos esse lugar tornou-se um símbolo de resistência, de comemorações das conquistas históricas do Movimento Negro Unificado. Transformou-se também em espaço de reflexões sobre questões históricas e conflitos hodiernos e futuros a serem enfrentados. Assim, “a rua é também o lugar da realização da cidadania no modo como pode ser o lugar da reivindicação, das lutas”. (CARLOS, 2007, p. 47).

### **3. SOBRE OS BAIRROS JOÃO EDUARDO I E II**

Com o advento da transformação do Território Federal em Estado do Acre, pela Lei nº. 4.070 em 15 de junho de 1962, Rio Branco passou a ocupar lugar privilegiado de capital do novo estado recém-formado, “promovendo uma onda de migração de pessoas de todas as partes atraídas pela perspectiva de uma melhor condição de vida”. (FRANCA, 2018, p. 132). (BRASIL, 1962). Na década seguinte, de 1970, Morais (2000) identifica que, com a incorporação do Acre “à fronteira agrícola amazônica concretizada através das rodovias de integração, dos incentivos fiscais e dos programas agropecuários, houve um reordenamento das atividades econômicas em todo o estado do Acre”. (MORAIS, 2000, p. 94).

No livro “Acreanidade”: invenção e reinvenção da identidade acreana, Morais (2016), identifica como a população reagiu às investidas de transformação dos antigos seringais em áreas agropecuárias:

No contexto do avanço da frente agropecuária, pode-se dizer que houve três tipos de reações por parte dos seringueiros-posseiros e índios-posseiros: em um primeiro momento, grande parte deles, intimidados pelas pressões, abandonaram suas colocações de seringa e migraram para os seringais da Bolívia, correndo “atrás das seringueiras à semelhança dos seus antepassados nordestinos, para os quais não existiam fronteiras entre o Acre, outro contingente migrou para as periferias urbanas, principalmente para Rio Branco; e, uma terceira parcela reagiu contra os “paulistas”, iniciando uma longa jornada de lutas de resistência pela posse da terra. (MORAIS, 2016, p. 128-129).

Ao balizar suas afirmações nos jornais da época, a exemplo do Varadouro (set./1978), *apud*. Morais (2016 p. 129), afirma que os paulistas “vieram como revoadas de jacus, compraram os seringais, expulsando milhares de seringueiros e desestabilizando o frágil equilíbrio socioeconômico apoiado no extrativismo da borracha”. De um modo geral, os impactos dessa convulsão social, Morais (2000, p. 100) diz que “até 1970 havia cerca de 20 bairros e uma população de 34.474 habitantes [em Rio Branco], e em 1996 a cidade já possui 133 bairros e 201.347 habitantes”. O que esses novos bairros tinham em comum? Eram habitados por população de baixa renda, “que não tiveram outra alternativa senão a de ocupar os terrenos baldios de particulares ou do Estado”. (MORAIS, 2000, p. 100).

Os bairros João Eduardo I e II<sup>1</sup> fazem parte desse conjunto de bairros, e foi formado pelas ações coletivas das famílias de ex-seringueiros expulsos dos seus lugares de moradia na floresta. Pelas pesquisas de Lima e Bonifácio (2007, p. 66), os nomes desses dois bairros é “uma homenagem ao líder comunitário João Eduardo do Nascimento, que foi assassinado no dia 18 de fevereiro de 1981, num conflito durante o processo de demarcação e distribuição de lotes de terras”. No ano 2016, João Eduardo foi homenageado pela revista Referências Negras do Acre, que apresenta um breve histórico de sua trajetória a partir de sua origem no “Seringal Jurupari, em Feijó” além de destacar sua relevante atuação nos conflitos de terras na cidade de Rio Branco no início da década de 1970 e início de 1980. (RIO BRANCO, 2016, p. 26).

No Acre, o molde de desenvolvimento adotado pelo Governo militar, afetou sobremodo a população que mantinha seu sustento concentrado nas atividades de subsistência e no extrativismo vegetal, em especial, a atividade seringueira - uma das principais fontes de renda da população acriana até então. Em decorrência disto, famílias de seringueiros foram expulsas de suas colocações, indo para os centros urbanos mais próximos, ocupando desordenadamente os espaços da cidade, e ainda, sendo protagonistas de conflitos de terra no processo dessa ocupação desordenada<sup>2</sup>.

A história de João Eduardo faz parte dessa trama que impulsionou sua saída de Feijó para capital Rio Branco, onde inicialmente residiu nas proximidades da rua África, no bairro Seis de agosto no ano de 1967. Naquele primeiro momento de vida cidadina, ocupava-se das atividades laborais de pedreiro e carpinteiro. Por causa de uma alagação ocorrida no ano de 1974, decidiu sair do bairro Seis de agosto para o bairro Bahia. Sua efetiva atuação nas

---

<sup>1</sup> Os bairros João Eduardo I e II localizam-se entre as regionais da Floresta e Baixada da Sobral. No ano de 2020, os dois bairros juntos contavam com aproximadamente 60 ruas.

<sup>2</sup> (Fundação João Eduardo, 2009, p. 7).

ocupações das terras improdutivas na região, iniciou-se pela escolha de uma comissão “composta por lideranças das comunidades dos bairros Bahia e Palheiral para que pudesse organizar a ocupação. A comissão era composta por João Eduardo, que foi escolhido para presidente da comissão”. (KLEIN, 2009, p. 85).

Para Klein (2009, p. 82), “o bairro João Eduardo nem existia até 1980, e a história da formação do bairro ‘é uma história que começa com sangue’, segundo o líder comunitário José Granjeiro Mendes”. Na versão investigada por Lima; Bonifácio, (2007), a formação do bairro João Eduardo I se deu, aproximadamente, entre os “anos de 1971 e 1982, sendo que já existiam fazendas e colônias habitadas naquele local, contudo, pode-se afirmar que o grande fluxo ocupacional deste bairro se deu entre 1974 e 1979”. (LIMA; BONIFÁCIO, 2007, p. 66). Os referidos autores afirmam que a formação do bairro João Eduardo II aconteceu entre os anos de 1979 à 1982.

Na concepção de Klein (2009), a comissão organizada apresentava muitas limitações diante do grande desafio de organizar os lotes por conta do grande número de famílias que chegavam dos seringais e de outras partes da cidade. Ainda assim, aquele grupo, juntamente as Comissões Eclesiásticas da Igreja Católica buscavam organizar os lotes de forma que facilitasse no futuro, a abertura de ruas e avenidas sem a necessidade de desapropriação como aconteceu tanto nos bairros Palheiral, Bahia e outros que foram ocupados desordenadamente. Nas considerações de Lima e Bonifácio, (2007), sobre aquele movimento migratório,

a cidade de Rio Branco não estava estruturada para acomodar um contingente tão grande de pessoas em um espaço de tempo tão curto, e paralelas aos conflitos pela posse da terra na zona rural, também começaram a ocorrer, na zona urbana, as ocupações em decorrência das mudanças ocorridas na base econômica extrativista do Acre. Esse processo de urbanização em diversas direções ocasionou a formação e o desenvolvimento de bairros em antigas colônias próximas à área urbana de Rio Branco. (LIMA; BONIFÁCIO, 2007, p. 64).

Para impedir a ação de especuladores que viam naquele movimento a oportunidade de adquirir mais de um lote de terra, com o desenvolvimento do trabalho de demarcação e a tentativa de acabar com a especulação urbana, Lima e Bonifácio, (2007, p. 67), registram que “cada família deveria adquirir apenas um terreno, o que seria suficiente para atender toda a família”. Os autores indicam que havia iniciado alguns desentendimentos entre a comissão e alguns moradores do bairro Bahia Nova. Foi nesse contexto de ânimos exaltados e “mesmo sob ameaças, a comissão realizou essa atividade, até que no dia 18 de fevereiro de 1981, João



Eduardo foi assassinado<sup>1</sup> com um tiro de espingarda calibre 20, atingindo seu peito”. (LIMA; BONIFÁCIO, 2007, p. 67).

A complexa função de João Eduardo e da Comissão de Organização da área ocupada também “era evitar a especulação das terras e o aproveitamento das mesmas por grileiros - a terra era para o povo que realmente necessitava de um lugar para morar<sup>2</sup>”. Nas palavras do Padre João Carlos, João Eduardo foi um mártir e como tal, continua vivo, diuturnamente ressuscitado na luta do povo, “na consciência do povo que acredita na libertação, que acredita que existe a possibilidade de mudar esta sociedade, de mudar esse mundo para um mundo mais fraterno e mais justo<sup>3</sup>”. Foi exatamente por esse reconhecimento e por sua vital contribuição nas questões das divisões equitativas das terras para pessoas que realmente dela necessitavam que João Eduardo foi homenageado com o seu nome como patrono do bairro.

Com a reorganização urbana da cidade de Rio Branco, pela Lei nº. 1.424 de 04 de julho de 2001, o poder legislativo autorizou a prefeitura da cidade de Rio Branco, a doar títulos definitivos para ocupantes de imóveis pertencentes ao patrimônio municipal, localizados nos bairros João Eduardo, além de outros bairros que tiveram ocupações similares, que atendessem os dispositivos legais.

#### **4. SOBRE O BAIRRO IRINEU SERRA**

Enquanto o processo de expansão urbana avançava com as instituições dos diversos bairros por ocupações coletivas desordenadas, o bairro Irineu Serra ainda se localizava em um lugar geograficamente afastado das agitações e conflitos inerentes às conturbações na cidade de Rio Branco. Localizado na regional Tancredo Neves no ano de 2020 haviam nesse bairro, aproximadamente 15 ruas originadas da Estrada Raimundo Irineu Serra com subdivisões em paralelas e transversais. O nome do bairro é em homenagem ao Mestre Irineu Serra que ficou nacional e internacionalmente conhecido por ser o originador da Doutrina do Santo Daime na cidade de Rio Branco. No ano 2016, Irineu Serra foi homenageado com seu nome na revista Referências Negras do Acre, com imagens ilustrativas do seu trabalho e sua trajetória até a cidade de Rio Branco. (RIO BRANCO, 2016).

---

<sup>1</sup> A morte de João Eduardo por causa das questões envolvendo a distribuição de terras no Acre, não foi o único, um ano antes de sua morte, acontecia o assassinato de outro negro conhecido como Wilson de Souza Pinheiro em 21 de julho de 1980, na cidade de Brasília.

<sup>2</sup> Fundação João Eduardo, 2009, p. 14.

<sup>3</sup> Fundação João Eduardo, 2009, p. 15.

No livro, *O orador do Mestre Irineu*, escrito por Mendonça e Nascimento (2019, p. 36), estes descrevem que Raimundo Irineu Serra, “era um homem negro, de quase dois metros de altura” nascido em 15 de dezembro de 1892<sup>1</sup> na cidade de São Vicente Férrer, no estado do Maranhão, era o primogênito do casal Martinho de Mattos e Joana Assunção Serra. Nas constatações de Paulo Moreira (2011, p. 69), “os avôs maternos de Raimundo Irineu de Mattos, André Cursino Serra e Leopoldina Filomena Madeira, eram escravos de Salustiano José Serra”, esse fato traz à compreensão de que o “sobrenome Serra foi repassado para André Cursino, através de seu proprietário, segundo o costume de antigos senhores de escravos no Brasil”. (MOREIRA, 2011, p. 69).

Nas investigações de Moreira (2011, p. 80), indicam que no ano 2009,

Irineu [Serra] saiu de São Luís, estimulado pelos rumores de que, no Amazonas, estavam contratando pessoas para trabalhar na extração da borracha, e de que lá se fazia muito dinheiro. Comprou uma passagem num vapor para Belém, provavelmente em 1909, saindo do Cais da Praia Grande em São Luís, seguindo pela ilha de Marajó e subindo o Rio Amazonas até chegar à capital do estado do Pará. (...) ao chegar ao Acre, Irineu aportou inicialmente em Xapuri, em 1912. Há, porém, uma certa discordância quanto à rota que Irineu tomou em sua viagem. (MOREIRA, 2011, p. 80).

Enquanto Moreira (2011) apresenta essa constatação, Mendonça e Nascimento (2019, p. 36) afirmam que o deslocamento de Irineu Serra se deu “do Maranhão para o Acre no ano de 2012 com a finalidade de trabalhar na extração do látex”, e, antes de fixar residência na cidade de Rio Branco, “nos primeiros anos residiu em Xapuri e, na região fronteira entre Brasil, Peru e Bolívia, a convite de Antônio Costa, conheceu a Ayahuasca com alguns caboclos peruanos”. (MENDONÇA; NASCIMENTO, 2019, p. 36). A referida fonte afirma que sua mudança para cidade de Rio Branco aconteceu no início da década de 1920, quando ingressou na Força Policial do Território Federal do Acre. Na continuidade dos registros, Mendonça e Nascimento, (2019, p. 40), afirmam que Irineu Serra, “em 1930 dá baixa na Força Policial e, na Vila Ivonete, na época bairro rural de Rio Branco, passa a dedicar-se à agricultura e inicia publicamente seus trabalhos com a Ayahuasca”.

Nos registros de Moreira (2011, p. 118), reafirmam essa versão defendida por Mendonça e Nascimento (2019), ao lembrar que, antes de fixar residência na Vila Ivonete, “Irineu tentou,

---

<sup>1</sup> Conforme registrado por Moreira (2011, p. 401), “na sua certidão de batismo está registrado que ele nasceu no dia 15 de dezembro de 1890, mas na sua carteira de identidade consta que ele nasceu em 15 de dezembro de 1892. Quando perguntado, Mestre Irineu sempre dizia que nascera em 1892.

em janeiro de 1930, se estabelecer numa área de Rio Branco, hoje conhecida como bairro do Bosque”. Nesse período Moreira (2011) afirma que Irineu Serra fez novos discípulos, mas “o terreno pertencia à 4ª Companhia do Exército e, quando esta reclamou as terras, todos os agricultores estabelecidos na localidade tiveram que sair”, fato que o impulsionou a morar na Vila Ivonete. (MOREIRA, 2011, p. 118).

Ao fixar residência entre 1930 a 1945, ou seja, durante um período de 15 anos, na Vila Ivonete teve relativo sossego, mas à medida que novos moradores chegam ao bairro, em função do crescimento populacional da cidade de Rio Branco, a situação mudou. Sobre esse novo período transitivo, Mendonça e Nascimento (2019, p. 42), explicam que nesse mesmo ano, “a Vila Ivonete deixa de ser área rural impulsionando a mudança do Mestre Irineu Serra para uma colocação na colônia chamada Custódio Freire, zona rural de Rio Branco” lugar que amiúde, ficou conhecido como Alto Santo.

Ao mudar-se para a nova morada, trocou de imediato o nome Colocação Espalhado para Alto da Santa Cruz. A sua preocupação inicial foi organizar um espaço para a realização dos trabalhos de sua doutrina espiritual, pois o hinário oficial de São João estava próximo. Apesar da distância da Vila Ivonete para o Alto da Santa Cruz ser de aproximadamente sete quilômetros, a mudança não alterou o ritmo dos trabalhos espirituais. (MOREIRA, 2011, p. 231).

Por ter espaços vazios, mestre Irineu foi alocado em uma área maior, com cerca de 500 hectares. Conforme descrito por Moreira (2011, p. 230), “Mestre Irineu pôde acolher vários novos seguidores que não tinham terra e também se preservar de outro possível aumento populacional em seu entorno”. Referente também a esse período, Resende (2019, p. 2), registra que “na época, com os subsídios agrícolas do governo, mestre Irineu Serra, pôde alocar cerca de 40 famílias na região, mas com a condição de usufruir da terra para plantações e moradia, mas não o título da terra”. Esse fato não impediu o crescimento populacional da região, conforme constatado por Resende (2019, p. 2), sobre muitos dos atuais moradores da região, que “compraram suas terras de terceiros com contrato de compra venda que não garantia de ter o título da propriedade”.

Com a mudança no ano de 1945, os problemas de rejeição social da doutrina do Daime, associadas às investidas policiais, o preconceito e a intolerância com a doutrina foram amenizados pois, “Ele agora tinha também terra suficiente para desenvolver mais livremente seus trabalhos religiosos, que necessitavam de certa privacidade”. (MOREIRA, 2011, p. 230).

Na concepção de Alves Junior (2007, p. 94), apesar de as “perseguições policiais a Irineu nos períodos da Vila Ivonete terem sido neutralizadas, possivelmente devido as amizades com autoridades locais”, aquelas eram incursões que estavam ligadas ao fato de as forças policiais associarem a doutrina do Daime “às manifestações religiosas do universo afro”. (ALVES JUNIOR, 2007, p. 94).

Com maior liberdade às práticas dos cultos e com a ampliação da irmandade, no novo endereço que se tornaria definitivo, essa informação encontrada em Mendonça e Nascimento (2019, p. 42), indica ainda que o documento oficial da instituição foi registrado “com o nome de Centro de Iluminação Cristã Luz Universal - CICLU, em 23 de janeiro de 1971. Em 6 de julho do mesmo ano, Mestre Irineu vem a falecer”. Por meio da assinatura do Decreto Municipal de nº. 500, datado de 07 de junho de 2005, foi criada a Unidade de Conservação, denominada: Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra - APARIS<sup>1</sup>, que a princípio tenciona proteger e resguardar as tradições culturais do local, onde nasceu a Doutrina do Santo Daime. Com a Lei Municipal nº. 292 de 13 de junho de 1980, o Centro Eclético de Fluente Luz Universal Raimundo Irineu Serra, foi considerado espaço de utilidade pública.

A escola rural municipal, localizada no antigo ramal de difícil acesso, foi categorizada como escola urbana após a pavimentação e o revestimento de asfalto, juntamente com um projeto de ampliação de rodovias que faz ligação com a BR-364, na região da região do Alto Santo ao bairro Custódio Freire. Antes desses investimentos a instituição educacional que carregava o *status* de escola rural, foi definitivamente regulamentada como escola urbana pelo Decreto nº. 949 de 03 de dezembro de 2020, “concernente a classificação das unidades educativas municipais de acordo com sua localização em zona rural ou urbana”, de acordo com o mesmo documento, no anexo I p. 2, estabelece que a Escola Mestre Irineu Serra fica localizada na Colônia Aquiles Peret, Km 04 Zona Urbana da cidade de Rio Branco”. (RIO BRANCO, 2020).

Em que pese o fato de Raimundo Irineu Serra ter buscado um espaço rural mais distante do perímetro urbano, para realização dos trabalhos espirituais de forma mais tranquila ainda no ano de 1945, sem os importunos do avanço no processo de construção de novas frentes de urbanidades, essa distância mostrou-se insatisfatória com a criação dos novos bairros e a

---

<sup>1</sup> Anteriormente essa era uma Área de Proteção Ambiental - APA, essa mudança passou a ser identificada como Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra - APARIS, para incluir o nome de Raimundo Irineu Serra.

consequente ampliação populacional. Em que pese a criação da Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra, instituída pelo Decreto Municipal de nº. 500, datado de 07 de junho de 2005, o lugar que era considerado zona rural vem sendo incorporada ao perímetro urbano por novos reordenamentos residenciais pela expansão dos recém-criados bairros em seu entorno.

## 5. SOBRE BAIRRO LAÉLIA ALCÂNTARA

Como parte dos novos reordenamentos populacionais, o bairro Laélia Alcântara tem sua designação como Conjunto Habitacional e fica localizado na regional do Calafate na cidade de Rio Branco. Até o ano 2021, sua área geográfica fica circunscrita nos limites entre a área urbana e rural dessa regional. A Associação de Moradores do Conjunto Laélia Alcântara, foi criada em 19 de abril do ano 2000. O nome do conjunto foi escolhido em homenagem a Laélia Contreiras Agra de Alcântara, que nasceu em 07 de julho de 1923 na cidade de Salvador, Bahia. Era formada em medicina e administração hospitalar, foi a primeira mulher negra a ocupar uma cadeira de senadora da República no Congresso Nacional nos períodos entre “03/04/1981 a 29/07/1981” e, de “02/03/1982 a 31/01/1983” representando o estado do Acre, pelo partido PMDB. (BRASIL, 2004, p. 285).

Sua atuação no Congresso Nacional indica sua preocupação com as questões sociais registradas no discurso realizado em 13 de maio de 1981, ao congratular-se com a comunidade negra pelo transcurso da data alusiva a “Abolição da Escravatura, no país”, além de apoiar no mesmo discurso, um “protesto contra discriminação racial havida em uma casa noturna de Curitiba/PR<sup>1</sup>”. (BRASIL, 2004, p. 285). Em outros dois momentos Laélia Alcântara discursou no dia 16 de setembro de 1982 contra a “procrastinação que estaria ocorrendo por parte da Funai, na demarcação da reserva indígena do Estado do Acre<sup>2</sup>” e, outro também na forma de “protesto contra atentado a dignidade humana que teria sido praticado por policiais do Estado do Rio de Janeiro<sup>3</sup>”. (BRASIL, 2004, p. 288-289).

Em 17 de março de 1982, apoiou um “Manifesto do Movimento em Defesa da Vida em favor da adoção da criança desamparada<sup>4</sup>” (BRASIL, 2004, p. 287) e, em 19 de abril de 1982, acrescentou um artigo “a Lei nº. 6.168, de 09 de dezembro de 1974, que cria o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAZ”. (BRASIL, 2004, p. 289). A mesma fonte indica que, no

---

<sup>1</sup> Publicado no DCN2 14/05/1981 p 1724. (BRASIL, 2004, p. 285).

<sup>2</sup> Publicado no DCN2 17/09/1982 p. 3498. (BRASIL, 2004, p. 288).

<sup>3</sup> Publicado no DCN2 01/10/1982 p. 3797. (BRASIL, 2004, p. 289).

<sup>4</sup> Publicado no DCN2 18/03/1982 p. 585. (BRASIL, 2004, p. 288-287).

Estado do Acre, Laélia Alcântara atuou como Secretária de Estado de Saúde do Serviço Social, no ano 1987, além de trabalhar como médica no hospital Santa Juliana e exercer contundentes ações políticas no estado acreano. (BRASIL, 2004).

Essas atuações sociais e políticas contribuíram para que seu nome fosse contemplado como pessoa homenageada no Bairro Conjunto Laélia Alacântara na cidade de Rio Branco. Com a Lei municipal nº. 1592 de 05 de junho de 2006, foi regulamentada a desapropriação das terras dos seus antigos colonos, para entrega dos títulos definitivos aos moradores que atendem os requisitos da legislação até aquela data. (RIO BRANCO, 2006). No Art. 2º dessa lei, justifica esse ato ao mencionar os reais motivos que levaram àquela distribuição, “razão das características sub-normais da ocupação dos bairros (...), Laélia Alcântara e considerando seus aspectos físicos e ambientais, fica permitida a sua urbanização, bem como o uso e ocupação do solo”. (RIO BRANCO, 2006).

A partir do processo de regulamentação de uso do lugar, ampliou-se tanto o contingente habitacional, como o processo de ocupação empresarial estimulado pelas excessivas especulações imobiliárias. “Existem no bairro Conjunto Laélia Alcântara aproximadamente 339 estabelecimentos comerciais distribuídos entre vários segmentos da cadeia do comércio, serviço e indústrias, dentre outros<sup>1</sup>”. Para Ana Fani A. Carlos (2007), o lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido “o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é a aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida”. (CARLOS, 2007, p. 22).

A formação e constituição da rua África e dos três bairros investigados foram resultados de mobilidades populacionais originados pela segregação socioespacial advinda de suas localizações periféricas no contexto geo-histórico da cidade de Rio Branco. Ainda que a rua África esteja situada nas proximidades da área central da cidade, o lugar é periodicamente atingido no processo de tranbordamento resultante das cheias do rio Acre nos períodos das chuvas amazônicas. Além disso, a rua está situada parcialmente no início do bairro 6 de agosto que igualmente carece de melhores condições de infraestrutura em função de sua posição geográfica e do processo de ocupação desordenada.

---

<sup>1</sup> Informações extraídas do AppLocal.com.br, Disponível em: <https://applocal.com.br/bairro/conjunto-laelia-alcantara/rio-branco/ac> acesso em: 31 dezembro de 2020.

Similarmente, a formação dos bairros João Eduardo I e II originado em regime de mutirão ocupacional continua dependendo do poder público na forma de distribuição de títulos definitivos e na contenção da violência e criminalidade que faz parte do cotidiano das famílias que o habitam. Em suas origens, a formação da rua África, dos bairros João Eduardo I e II, Irineu Serra e Laélia Alcântara apresentam como características o acolhimento de pessoas pobres que buscavam um lugar onde pudessem morar. Por se encontrarem privadas do direito à terra foram necessárias várias mobilizações coletivas na conquista desse intento.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos analisar neste artigo, como se deram as influências das pessoas negras no processo de formação da rua África, dos Bairros João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara na cidade de Rio Branco, no estado do Acre. A organização dos registros foram sequenciadas pelas informações sobre as origens, as constituições e transformações urbanísticas da rua África, dos bairros João Eduardo I e II, bairro Irineu Serra, e Laélia Alcântara, destacando como as pessoas negras homenageadas com os nomes desses lugares influenciaram em seus processos formativos.

Foram investigados e caracterizados elementos de interseção entre as formações da rua África, dos Bairros João Eduardo, Irineu Serra e Laélia Alcântara com o processo de produção e reprodução do espaço urbano da cidade de Rio Branco, a partir das influências das pessoas negras que participaram da formação socioespacial desses bairros. Ficou evidente uma ampla quantidade de pesquisas e registros tanto sobre Irineu Serra, quanto sobre João Eduardo, entretanto, em que pese o fato de Laélia Alcântara ter atuado como médica e como Senadora da República pelo estado do Acre, as informações sobre sua trajetória e os motivos pelos quais seu nome foi registrado como patrona do Conjunto Laélia Alcântara ainda evidenciam margens para futuras pesquisas. A rua África sofreu transformações que a reduziram a um pequeno espaço cultural, recentemente denominada como rua África Advogado Ogan José de Arimatéia.

Foi possível constatar que as pessoas negras exerceram papéis sociais relevantes, tanto na constituição e formação desses bairros na cidade de Rio Branco, como para o crescimento populacional do município. Independente da escassez de informações sobre o processo de transformação da rua África foram registradas as informações disponíveis e identificadas no processo da presente pesquisa.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, **lei nº 321, de 01 de abril de 1970** Rio Branco: Secretaria de Estado da Casa Civil. Disponível em: <http://www.legis.ac.gov.br/detalhar/1259> acesso em 17 de janeiro de 2021.

ALVES JUNIOR, Antônio Marques. **Tambores para a rainha da floresta: a inserção da umbanda no Santo Daime**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião) - Pós-Graduação em Ciência da Religião, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

BAIRRO. **Minidicionário Geográfico. Geografesron**. 2017. Acesso em 17 janeiro de 2021. Disponível em: <https://geografesron.wordpress.com/2017/04/12/mini-dicionario-geografico/#:~:text=Bairro%3A%20Resultado%20de%20um%20conjunto,de%20pertencer%20a%20uma%20localidade.>

BENTO, Victor Régio da Silva. **Expansão urbana e segregação socioespacial em Rio Branco - Acre**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

BRASIL, Rio Branco, Acre, panorama. **IBGE, 2017, v4.4.15**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/panorama> acesso em: 30 dez 2020.

BRASIL, Senadoras: dados biográficos 1979-2004. Brasília. **Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo**, 2004. 461 p. Acesso em 31 dezembro de 2020. Disponível em: [http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/senadoras\\_brasileiras\\_1979-2004.pdf](http://observatory-elites.org/wp-content/uploads/2011/11/senadoras_brasileiras_1979-2004.pdf)

BRASIL, Rio Branco, Acre, histórico. **IBGE, 2017, v4.4.15**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ac/rio-branco/historico>. Acesso em: 30 dez 2020.

BRASIL, **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003. Acesso em: 26 maio de 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm)

BRASIL, **Lei no 4.070, de 15 de junho de 1962**. Eleva o Território do Acre à categoria de Estado e dá outras providências. Brasília, 1962. Acesso em: 18 janeiro de 20215. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4070.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4070.htm)

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. 85p

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007a, 123p.

FRANCA, Soad Farias, et.al. Problemas urbanos e conflitos sociais: os conflitos causados pelos agentes promotores do espaço urbano na cidade de Rio Branco (Ac) e Porto Velho (Ro). **DêCiência em Foco**. 2018. P. 127-140. Disponível em:



<http://revistas.uninorteac.com.br/index.php/DeCienciaemFoco0/article/view/216> acesso em 01 de janeiro de 2021.

FUNDAÇÃO JOÃO EDUARDO. **João Eduardo o legado de uma luta popular**: em memória aos 28 anos da morte do líder popular João Eduardo. Rio Branco: Fundação Elias Mansour, 2009.

KLEIN, Daniel da Silva. **A conquista de Rio Branco**: movimentos comunitários e direitos humanos na capital acreana de 1970 a 2000. Belém: Paka-Tatu, 2009.

LEITE, Ary Pinheiro. **A evolução urbana de Rio Branco (Ac)**: de Seringal a capital. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LIMA, Reginâmio B. de; BONIFÁCIO, Maria Iracilda G. Cavalcante, (orgs.). **Habitantes e Habitat**. 2. ed. Rio Branco: Boni, 2007.

MENDONÇA, Fernanda Cougo; NASCIMENTO, Luiz Mendes. **O Orador do Mestre Raimundo Irineu Serra**: diálogos, memórias e artes verbais. 1. ed., Rio Branco: Nepan Editora, 2019.

MORAIS, Maria de Jesus. **“Acreanidade”**: invenção e reinvenção da identidade acreana – Rio Branco: Edufac, 2016.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco-Ac, uma cidade de fronteira**: o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

MOREIRA, Paulo; MACRAE, Edward. **Eu venho de longe**: mestre Irineu e seus companheiros [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, 592p. SciELO Books. <http://books.scielo.org>

NEVES. Marcos Vinícius. **Negros no Acre**. Ministério da Cultura: Fundação Cultural Palmares. Rio Branco, 1999.

RESENDE, Mireilly Marques, et al. Perfil socioeconômico de moradores na APA Raimundo Irineu Serra em Rio Branco, Acre-Brasil. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological v.6 n.2**, p. 751-761, 2019. Edição ago/dez. SAJEBTT, Rio Branco, UFAC. Acesso em: 30 de dezembro de 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/SAJEBTT>

RIO BRANCO, **Decreto nº 949 de 03 de dezembro de 2020**. “Regulamenta o Disposto na Seção III da Lei nº 2.222 de 26 de dezembro de 2016 e seus anexos VI, VII, e XVI, concernente a classificação das unidades educativas municipais de acordo com sua localização em zona rural ou urbana”. Rio Branco: 2020.

RIO BRANCO, **Lei nº 1592 de 05 de junho de 2006**, "Dispõe sobre a doação de títulos definitivos para imóveis localizados na área de abrangência dos bairros (...) Laélia Alcântara.

Rio Branco: 2020. Disponível em: <https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal/completa> acesso em: 30 dezembro de 2020.

RIO BRANCO, **Lei 1.424 de 04 de julho de 2001** Autoriza O Poder Executivo Municipal A Doar Títulos Definitivos Para Ocupantes De Imóveis Pertencentes Ao Patrimônio Municipal. Rio Branco: Prefeitura Municipal, 2001. Acesso em: 30 dezembro de 2020. Disponível em: <https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal/completa>

RIO BRANCO, **A Rio Branco que vivemos**. Registro histórico dos 100 anos de Prefeitura 1913-2013. Rio Branco: Prefeitura de Rio Branco, 2013, Fundação Municipal de Cultura Garibaldi Brasil.

RIO BRANCO, **Referências negras do Acre**. Secretária Adjunta de Promoção da Igualdade Racial. Rio Branco: 2016.

RIO BRANCO, **Lei Municipal nº 292 de 13 de junho de 1980**. Considera de utilidade pública o Centro Eclético de Fluente Luz universal Raimundo Irineu Serra. Rio Branco, 1980. Disponível em: <https://www.riobranco.ac.leg.br/leis/legislacao-municipal/completa> acesso em 20 janeiro de 2021.

RIO BRANCO, **Decreto Municipal de nº 500, datado de 07 de junho de 2005** criação da Unidade de Conservação, denominada: Área de Proteção Ambiental Raimundo Irineu Serra - APARIS. Rio Branco, 2005. Acesso em: 20 junho de 2021. Disponível em: <http://sema.acre.gov.br/apa-irineu-serra/>